

# DO COMPROMETIMENTO DOS ESPAÇOS DE HABITAR MONÁSTICOS: ROMÂNICO E RESTAURO SOB O ESTADO NOVO\*

MARIA LEONOR BOTELHO\*\*

**Resumo:** Durante o Estado Novo (1926-1974), e até cerca de meados do século XX, a Idade Média, enquanto período histórico, gozou de especial preferência, reflexo de uma alegadamente perfeita união entre o poder e a Fé, mas também de uma perfeita sociedade tripartida. A partir de 1929 coube à extinta Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), a responsabilidade de encetar a restauração do património histórico e artístico da Nação e neste contexto conheceram particular preferência os edificadas na época românica. Nalgumas estruturas monásticas, como Paço de Sousa (Penafiel), Salvador de Travanca (Amarante) ou Cárquere (Resende), foram comprometidas as casas de habitar em prol de uma outra legibilidade que se quis dar à sua igreja, acentuando assim o seu valor histórico.

**Palavras-chave:** Românico; mosteiros; restauro; DGEMN.

**Abstract:** During the Estado Novo (1926-1974) and until about the middle of the twentieth century, the Middle Ages, as a historical period, enjoyed special preference, reflecting an allegedly perfect union between power and Faith, but also of a perfect tripartite society. From 1929 onwards, it was the responsibility of the General Director of National Buildings and Monuments (DGEMN) to undertake the restoration of the historic and artistic heritage of the Nation, and in this context, those buildings built in the Romanesque period were particularly chosen. In some monastic structures, such as Paço de Sousa (Penafiel), Salvador de Travanca (Amarante) or Cárquere (Resende), the houses of habitation were compromised in favour of another legibility that one wanted to give to its church, thus accentuating its historical value.

**Keywords:** Romanesque; monasteries; restoration; DGEMN.

## INTRODUÇÃO OU DO AMBIENTE E DAS IDEOLOGIAS DE INTERVENÇÃO NOS CONJUNTOS MONÁSTICOS DE ORIGEM MEDIEVAL

O Estado Novo (1926-1974), regime nacionalista por excelência<sup>1</sup>, vai adotar o *culto dos monumentos* como causa e como estandarte, dando especial atenção aos monumentos que identifica com acontecimentos triunfantes e personagens marcantes para a história Pátria, os «monumentos da Nação», «verdadeira lição do valor e da raça

---

\* O presente artigo resulta da adaptação de um capítulo, mais extenso e crítico, in BOTELHO, 2013: 13-142.

\*\* Faculdade de Letras da Universidade do Porto; CITCEM. Email: mlbotelho@letras.up.pt.

<sup>1</sup> MEDINA, [1995]: 12.

lusa»<sup>2</sup>. E a manifestação máxima deste *culto dos monumentos* vai ser a campanha de *restauração* que vai desenvolver, à escala nacional, com vista ao seu ressurgimento<sup>3</sup>.

Dentre os *monumentos nacionais* queridos ao Estado Novo vamos encontrar uma especial afeição por aqueles que foram construídos nos tempos medievos. Refira-se aqui o forte «medievismo intrínseco de Salazar e do seu regime»<sup>4</sup>. É, ainda, neste contexto que deve ser entendida a obra que o cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), homem do regime, consagrou à Idade Média. Amigo íntimo de António de Oliveira Salazar (1889-1970), foi o patriarca que dirigiu a Igreja Católica Portuguesa durante a vigência do Estado Novo, ou seja, entre 1926 e 1971, ano em que resignou ao cargo. Mais do que a sua ação pastoral, política e ideológica, o que queremos aqui relevar, naturalmente, é o conceito que este homem erudito tem sobre a Idade Média e que então conheceu um evidente acolhimento no seio do regime. Apesar de cientificamente não aceitar este termo, o cardeal Cerejeira sentiu-se obrigado a usar a designação «Idade Média» por razões pedagógicas, por estar já consagrada<sup>5</sup>. Valorizando assim a fecunda atividade do período medieval, o cardeal Cerejeira vai considerá-la, do ponto de vista artístico, como uma «idade de ouro na história da humanidade». Criou esta época dois estilos, o românico e o gótico, classificando este último, ao nível da sua arquitetura, como *a rainha das belas artes*.

De facto, e como confirmou João Medina, a Idade Média, enquanto período histórico, gozou então «de especial fervor e favor, tanto na esfera do imaginário como na prática dos historiadores e ideólogos do “Estado Novo”», reflexo de uma alegadamente perfeita união entre o poder e a Fé e de uma perfeita sociedade tripartida<sup>6</sup>. E de entre os monumentos construídos neste tempo que se considerava «perfeito», conheceram particular destaque os edificadas ao tempo da formação da nacionalidade, ou seja, os edifícios românicos — tanto mais que «no Portugal dos primeiros séculos da nacionalidade julgavam [os homens do regime] encontrar o espelho mágico das suas devoções políticas e do seu “ethos” mental»<sup>7</sup>. E porque estes monumentos, como já referimos, se concentram particularmente no norte do país, vamos ver surgir aí uma prática de restauro orientada por diretrizes específicas e comuns<sup>8</sup>.

*Restauração* era a palavra de ordem do regime salazarista. Num discurso à Nação<sup>9</sup>, António de Oliveira Salazar (1889-1970) enaltece a «restauração material, restauração moral, restauração nacional» de que a Pátria vinha sendo alvo, num discurso proferido

<sup>2</sup> NETO, 2001: 13.

<sup>3</sup> Cf. BOTELHO, 2006: 75 e ss.

<sup>4</sup> Cf. MEDINA, [1995]: 34.

<sup>5</sup> Cf. MEDINA, [1995]: 5.

<sup>6</sup> Cf. MEDINA, [1995]: 5.

<sup>7</sup> Cf. MEDINA, [1995]: 5.

<sup>8</sup> TOMÉ, 2002.

<sup>9</sup> Cf. SALAZAR, 1947: 145-149.

no Parque Eduardo VII, por ocasião da inauguração da Exposição Comemorativa do Ano X da Revolução Nacional, em 28 de maio de 1936. No âmbito daquilo a que João Medina chamou de *patrimonialismo*<sup>10</sup>, refere-se a primeira fórmula ao reparo das estradas, dos edifícios e dos monumentos, entre outras atividades a cargo das Obras Públicas tuteladas desde 1932 por Duarte Pacheco (1899-1943). E sendo a *restauração* dos monumentos nacionais um serviço em prol da *restauração moral* e, por sua vez, da *restauração nacional*, são assim os monumentos colocados ao serviço do regime, da sua propaganda e poder, porque espelhos vivos dos valores pátrios<sup>11</sup>. E o governo de então mostrou-se de tal forma preocupado com a *restauração dos monumentos nacionais* que, em 1933, o Dr. Alfredo de Magalhães chegou a acreditar que no prazo de 10 anos estariam todos restaurados<sup>12</sup>.

E porque toda a *restauração* dos monumentos está orientada para um mesmo fim ao serviço da Pátria, o da sua *restauração moral*<sup>13</sup>, vamos por isso encontrar todo um conjunto de princípios de intervenção nos monumentos que refletem uma mesma linha de atuação. De facto, sentindo-se uma efetiva preferência pelos monumentos coevos da formação da Nacionalidade, os edifícios românicos vão receber toda uma intervenção orientada pelos mesmos princípios, porque destinada aos mesmos fins, porque realizada e orientada pela mesma Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Criada em 1929<sup>14</sup> sob a tutela do Ministério das Obras Públicas (MOP), a DGEMN surgia então a instituição estatal que iria assumir a responsabilidade da empresa ideológica da *restauração*, numa materialização do *culto dos monumentos* e ao serviço de uma visão triunfalista da história<sup>15</sup>. Assim, a DGEMN acabou por ser o instrumento que materializou toda uma ideologia política que procurava, e encontrava, uma legitimidade na exaltação do passado nacional.

Sendo o estado primitivo dos monumentos aquele que é considerado como o mais puro, porque seu originário e coevo do período que se pretende exaltar, procura-se constantemente regressar a esse mesmo estado através da supressão dos elementos que transformaram a sua legibilidade ao longo dos tempos. É neste contexto que vamos identificar o comprometimento de espaços de habitação monásticos. A reintegração estilística define-se, pois, como a tendência de restauro mais importante, legitimada

<sup>10</sup> Entendendo o autor *patrimonialismo* como a *paixão restauracionista do passado patrimonial português levado a cabo pela Ditadura*, uma das marcas, um dos suportes da ideologia e da política salazaristas. MEDINA, [1995]: 34.

<sup>11</sup> NETO, 1999.

<sup>12</sup> *No Salão Silva Pôrto*, 1933.

<sup>13</sup> Não nos esqueçamos do carácter conservador, tradicionalista e do conteúdo católico implícitos na trilogia «Deus, Pátria e Família», base da filosofia política de Salazar. Cf. MEDINA, [1995]: 11-42.

<sup>14</sup> Criada pelo *Decreto n.º 16:791* de 30 de abril, sob a tutela do Ministério do Comércio e Comunicações, reuniu os serviços cujas responsabilidades incidiam nos edifícios e monumentos nacionais, nomeadamente ao nível da realização de obras.

<sup>15</sup> Cf. NETO, 1999.

pelo princípio de restauro estilístico<sup>16</sup>. Assim, ao eliminarem-se dos monumentos aqueles elementos que, por não estarem dentro do seu *estilo primitivo* eram tidos como *adulteradores*, procura-se restituir aos edifícios intervencionados uma traça mais de acordo com aquilo que se entendia ser o valor histórico desse mesmo monumento. Mais, o simples facto de se eliminarem elementos de épocas posteriores ao da construção primitiva do edifício reforça precisamente essa primazia do valor histórico sobre o valor artístico.

Os «Boletins da DGEMN» surgiram como o maior veículo de divulgação da acção que o Estado Novo desenvolveu em prol dos Monumentos Nacionais, revelando «com clareza o espírito patriótico que orientava a Direcção de Monumentos»<sup>17</sup>. Deste modo, entre 1935 e 1966, foram lançados 131 Boletins<sup>18</sup>, sendo muitos deles consagrados a edifícios românicos. E foi precisamente no primeiro Boletim publicado que os pressupostos teóricos e ideológicos da intervenção da DGEMN nos foram esclarecidos pelo seu Diretor-Geral, o engenheiro Henrique Gomes da Silva<sup>19</sup>:

*1. Importa restaurar e conservar, com verdadeira devoção patriótica, os nossos Monumentos Nacionais, de modo que, quer como padrões imorredouros das glórias pátrias que a maioria deles atesta, quer como opulentos mananciais de beleza artística, eles possam influir na educação das gerações futuras, no duplo e alevantado culto de religião da pátria e da arte;*

*2. O critério a presidir a essas delicadas obras de restauro não poderá desviar-se do seguido com assinalado êxito, nos últimos tempos, de modo a integrar-se o monumento na sua beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores e reparando as mutilações sofridas, quer pela acção do tempo, quer do vandalismo dos homens;*

*3. Serão mantidas e reparadas as construções de valor artístico existentes, nítidamente definidas dentro de um estilo qualquer, embora se encontrem ligadas a monumentos de caracteres absolutamente opostos.*

Como se vê, através do culto da reintegração estilística dos monumentos, num estado que se cria primitivo, a teoria da «unidade de estilo» preconizada por Viollet-le-Duc (1814-1879) encontrou, segundo Maria João Neto, no Portugal do Estado

---

<sup>16</sup> TOMÉ, 1998: I, 18 e 20.

<sup>17</sup> RODRIGUES, 1999: 72.

<sup>18</sup> GRILLO, 1999: 3.

<sup>19</sup> SILVA, 1935: 19-20.

Novo «um campo particularmente favorável para imperar»<sup>20</sup>. No entanto, há que atentar ao facto de que os princípios deste texto não são aplicados em todos os restauros realizados pela DGEMN. Miguel Tomé recorda que a valorização simultânea de diferentes elementos impede que se recupere o estilo original em determinados monumentos<sup>21</sup>, como aconteceu com a Sé do Porto<sup>22</sup>. Assim, dada a impossibilidade de alcançar o ideal de uma totalidade primitiva, a unidade deve ser antes entendida como uniformidade<sup>23</sup>.

Refira-se, no entanto, que o campo de intervenção de restauro da DGEMN não recaiu exclusivamente sobre a arquitetura medieval. Naturalmente que edifícios de outras épocas foram intervencionados pela instituição que tutelava a salvaguarda do património edificado português<sup>24</sup>. Mas, a preferência dos técnicos de então tendeu de forma notória sobre os edifícios medievais, porque estes se prestavam mais à materialização dos seus conceitos de restauro. Os critérios de seleção da DGEMN nem sempre respondiam às necessidades reais e às dimensões artísticas dos edifícios<sup>25</sup>. É neste sentido que, para Miguel Tomé, a preferência dos técnicos por edifícios que acusem limitadas transformações relativamente ao estado primitivo e cujo restauro lhes acentue o sentido de exemplaridade, cria um corpo de monumentos restaurados que, por generalização, se confunde com um existente quadro conceptual programático<sup>26</sup>. E este valor de novidade é, ainda, acentuado pela inexistência de critérios de diferenciação visual pois a utilização de materiais idênticos, normalmente provenientes das demolições efetuadas no próprio monumento, ou a intenção de apagar do monumento, não tanto os sinais de antiguidade, mas antes os decorrentes das mutilações provocadas por transformações construtivas ou simplesmente pelo uso ou por ações naturais<sup>27</sup>.

Vejamos, pois, como esta ideologia e este entendimento patrimonial se materializou comprometendo os espaços de habitar monásticos de alguns conjuntos de origem românica do norte do país, atentando às intervenções materiais propriamente ditas mas, também, ao que delas se dizia.

---

<sup>20</sup> NETO, 1999: 31.

<sup>21</sup> Os critérios de conservação de alguns elementos barrocos assentam na integridade construtiva, na integridade formal, na exemplaridade construtiva, na qualidade didática e na ocultação de elementos «primitivos». TOMÉ, 1998: I, 21-22.

<sup>22</sup> BOTELHO, 2006.

<sup>23</sup> BOTELHO, 2006.

<sup>24</sup> Basta apreciar a totalidade dos 131 Boletins editados pela DGEMN para termos uma perfeita noção dos monumentos intervencionados, sendo muitos deles já originários da Época Moderna, como a Matriz de Freixo de Espada à Cinta (Boletim n.º 52) ou a Igreja e Claustro do antigo Mosteiro de Jesus de Setúbal (Boletim n.º 47). Cf. BOTELHO, 2004: 225-246.

<sup>25</sup> NETO, 1999: 31.

<sup>26</sup> TOMÉ, 1998: I, 21.

<sup>27</sup> TOMÉ, 1998: I, 25.

## 1. MOSTEIRO DE PAÇO DE SOUSA (PENAFIEL)

Na igreja do Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel)<sup>28</sup> foram longos e complexos os trabalhos: «todas ou quase todas as operações de cirurgia arquitectónica se tornaram ali necessárias»<sup>29</sup>. Aqui, *não tinham conta as mutilações, as deturpações, as desagregações, as excrescências* — «todos os danos acidentais ou naturais que nunca deixam de contrariar a ambição de eternidade com que nascem os grandes monumentos»<sup>30</sup>. O incêndio ocorrido neste monumento na madrugada de 9 de março de 1927<sup>31</sup> precipitou uma intervenção que se considerava iminente. Foram, pois, numerosos e variados os trabalhos necessários para se concluir com o «indispensável asseio estético e construtivo» a restauração da Igreja de Paço de Sousa<sup>32</sup>.

Mas o que é significativo é que a intervenção realizada nesta igreja, onde «assenta o sepulcro da majestosa figura nacional — D. Egas Moniz»<sup>33</sup>, foi muito publicitada na imprensa periódica da época e, em particular, na «Ilustração Moderna»<sup>34</sup>. A festa de homenagem do arquiteto Baltazar da Silva Castro (1891-1967) foi um pretexto para a revista de José Marques Abreu (1879-1958) organizar uma excursão a este monumento românico, a 4 de setembro de 1927, tendo sido recebidos à «saída da estação por camponesas lindas, de trajos garridos, boninas e malmequeres rescendendo a alfazema e aldeões de fatiota domingueira, alegres e simples», refletindo a «pureza dos saudosos campos da nossa terra...»<sup>35</sup>.

A tónica da intervenção aqui realizada é posta na relação entre o românico e uma pretendida ruralidade, aspeto que os restauros de um modo geral vão acabar por acentuar. Não nos esqueçamos do ideal rústico inerente ao pensamento salazarista expresso na trilogia «Deus, Pátria e Família» da «Lição de Salazar», onde se «enaltecia o ruralismo passadista contra o mundo industrial do presente e do futuro»<sup>36</sup>. De facto, as constantes referências feitas ao românico exaltam não só a sua condição de estilo nacional, mas também chamam a atenção para a sua ruralidade como característica primaz, o que aliás já tivemos oportunidade de referir. Assumindo-se como cientistas da arte e da história, a elite da época, quais *cruzados*, visitavam os monumentos para os observar *in loco*, enquanto matéria científica, histórica e arqueológica, física e documental. Os valores rurais e pitorescos, associados a um mundo agrícola são apreciados por estes excursionistas originários de um mundo urbano em afirmação, pelo que buscam naquilo que entendem ser o românico *verdadeiro*, uma imagem

<sup>28</sup> MACHADO, *coord. geral*, 2008: 251-279.

<sup>29</sup> Cf. DGEMN, 1939a: 18.

<sup>30</sup> Cf. DGEMN, 1939a: 18 (sublinhados nossos).

<sup>31</sup> Cf. DGEMN, 1939a: 23.

<sup>32</sup> Cf. DGEMN, 1939a: 27.

<sup>33</sup> LUSO, 1927: 417.

<sup>34</sup> *Igreja de Paço de Sousa* [...], 1929: 429-434.

<sup>35</sup> LUSO, 1927: 417.

<sup>36</sup> MEDINA, [1995]: 29.



**Figs. 1 e 2**

Aspetto geral do exterior da Igreja e Mosteiro de Paço de Sousa, antes e depois da intervenção realizada pela DGEMN (na sequência do incêndio que despoletou no início dos trabalhos)

Fontes: PT DGPC/SIPA FOTO.00048226, Amadeu Astorga Viana, [s.d.]; PT DGPC/SIPA FOTO.00048241, Amadeu Astorga Viana, [s.d.]

fabricada do mundo rural, que entendem por pobre, simples, real e *verdadeira*. E este sentimento associa-se ainda àquela «prova e garantia de uma maneira portuguesa de estar e de ser, contra o despauamento que a importação de modas estrangeiras» já acarretava e que em tanto influiu na procura da «casa portuguesa»<sup>37</sup>... E este conceito de ruralidade, reminiscência de um bucolismo algo romântico, vai também influir de forma significativa no tratamento dado aos monumentos durante as intervenções da DGEMN e, em particular, na atenção dada à envolvência dos edifícios intervencionados.

É, pois, dentro deste contexto que devemos compreender o arranjo feito ao nível da fachada da igreja e que teve claras consequências ao comprometer os espaços de habitar. O «Boletim da DGEMN» consagrado à intervenção realizada em Paço de Sousa crítica as «numerosas mutilações que desfiguravam as colunas, os capitéis e até as arquivoltas do admirável pórtico»<sup>38</sup> da fachada principal. Tal entendimento

<sup>37</sup> FRANÇA, 1966: 153.

<sup>38</sup> DGEMN, 1939a: 22.

justifica a supressão dos elementos barrocos que compunham o portal, a substituição do óculo por uma rosácea inspirada no modelo de São Pedro de Roriz (Santo Tirso) e, por fim, a acentuação da diferenciação de volumes que denunciam as três naves que corporizam o interior da igreja pela demolição da torre sineira e demolição de parte do corpo da estrutura monástica. Desafogou-se a fachada principal, restituída naquilo que se entendia ser o seu estado primitivo e comprometeu-se aquilo que foram os seus espaços de habitar, conforme comprovam as fotografias publicadas no «Boletim da DGEMN»<sup>39</sup> consagrado ao restauro realizado em Paço de Sousa e que demonstram bem o recuo do edifício conventual que, antes das intervenções da responsabilidade da DGEMN, ocultava o terço da fachada principal correspondente à nave lateral sul.

Convém, contudo, notar que nos conjuntos monásticos masculinos, os espaços de habitar já tinham sido esvaziados das suas funções originais aquando da extinção das ordens religiosas em 1834 pelo que, muitos deles ou estavam então sob a alçada de privados, ou assumiriam outras funções.

## 2. MOSTEIRO DE TRAVANCA (AMARANTE)

O conjunto monástico de Travanca<sup>40</sup> foi classificado na sua totalidade como Monumento Nacional em janeiro de 1916 (*Decreto n.º 2199*)<sup>41</sup>. É nesta condição, e pelo facto de ser considerado um edifício com legitimidade para ter um «lugar entre os monumentos que de algum modo constituem os alicerces da nossa História»<sup>42</sup>, que vemos a igreja e a torre deste mosteiro beneditino serem alvo de uma marcada intervenção de restauro durante a década de 1930. É, pois, neste contexto que devemos entender a intervenção de restauro feita em Travanca e apresentada ao conhecimento geral através do Boletim divulgado em 1939 conforme aí se explica:

*a restauração, norteadada pelo propósito de lhe assegurar mais longa e dignificadora existência, não logrou refazer completamente o edifício primitivo, conseguiu todavia fortalecer, com as mais prudentes obras de correcção e harmonização estética, as nobres tradições arquitectónicas e religiosas que o actual edifício representa*<sup>43</sup>.

Assim sendo, e de forma sucinta, foram erguidas novas armações nos telhados por forma a evitar um iminente perigo de derrocada geral e conter definitivamente a infiltração das águas pluviais. Dava-se assim resposta a uma vontade de fazer com que o monumento perdurasse para as gerações vindouras.

<sup>39</sup> DGEMN, 1939b: [figs.] 13 e 14.

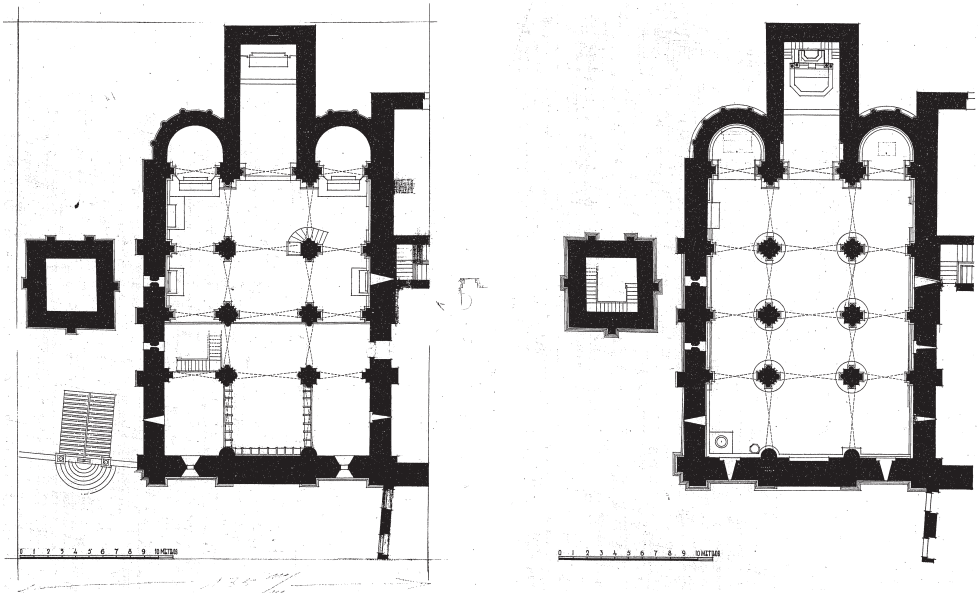
<sup>40</sup> MACHADO, *coord. geral*, 2014: 2, 239-279.

<sup>41</sup> PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública, 1916.

<sup>42</sup> DGEMN, 1939b: 16.

<sup>43</sup> DGEMN, 1939b: 22-23.





Figs. 3 e 4. Planta da igreja ao nível do antigo coro antes e depois das obras  
Fontes: PT DGPC/SIPA DES.00010455, [s.a.], março 1939; PT DGPC/SIPA DES.00010453, [s.a.], março 1939

No seguimento de um objetivo comum de desafrontar o templo de origem medieval, mas profundamente transformado pelas intervenções pós-tridentinas, procedeu-se ao dismantelamento do coro alto que, pelas suas enormes proporções, «enchia de sombra metade do espaço delimitado pelas paredes do corpo da igreja»<sup>44</sup>. Não se ficando por aqui, também se apeou o púlpito, a que se acedia por escada de pedraria, justaposto ao último pilar da nave central. Seguiu-se então a remoção de todo o revestimento em estuque que nas abóbadas encenava mármore branco, tarefa realizada a par com o «arranque de todo o reboco de argamassa das paredes interiores e exteriores, bem como dos pilares, bases, capitéis, arquivoltas, etc., pondo a descoberto a preciosa ornamentação românica subsistente»<sup>45</sup>. Rebaixado o pavimento da igreja, repararam-se as bases dos pilares. Culminando esta procura de recuperação de um ambiente medievo, a par do arranjo feito na torre sineira, foram substituídas por estreitas frestas as duas grandes janelas retangulares que, a ladear o portal, a época moderna rasgara na fachada principal<sup>46</sup>. O mesmo aconteceu com a janela que encimava este portal, assim como com «todas as outras que nas fachadas laterais iluminam as três naves»<sup>47</sup>. Encontramos um evidente paralelismo entre estas medidas

<sup>44</sup> DGEMN, 1939b: 19.

<sup>45</sup> DGEMN, 1939b: 25.

<sup>46</sup> DGEMN, 1939b: 21.

<sup>47</sup> DGEMN, 1939b: 21.

tomadas com vista ao *desafrontamento* da igreja de Travanca e aquelas que analisámos para Paço de Sousa e que foram igualmente aplicadas durante a intervenção realizada numa instituição de outra natureza como a Sé do Porto<sup>48</sup>.

Apesar de não se tornar tão evidente o comprometimento das estruturas de habitar ao nível da documentação compulsada, pensamos ser de relevar o desaparecimento do coro alto ou do púlpito, equipamentos por demais significativos na prática litúrgica ligada às comunidades monásticas regulares. Mais uma vez, lembramos a transformação ocorrida em 1834 a que acrescentamos a Lei da Separação do Estado e da Igreja de 1911 que, pela secularização dos espaços monásticos ditou o esvaziamento do significado destes elementos na prática litúrgica.

De acrescentar ainda que se realizaram diversas obras de conservação na residência paroquial. Do mesmo modo, não nos podemos esquecer que as intervenções realizadas nesta época eram geralmente acompanhadas de arranjos na envolvente dos edifícios com vista a dar-lhes uma maior monumentalidade e legibilidade. É neste contexto que devemos entender o «corte do cemitério e mudança, para novo local, das capelas e campas situadas junto da Igreja»<sup>49</sup>.

### 3. MOSTEIRO DE CÁRQUERE (RESENDE)

Na margem esquerda do rio Douro, a meia encosta, o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere<sup>50</sup> marca de forma significativa o território em que se insere. Do lado sul da igreja, os vestígios daquilo que poderá ter sido o pequeno mosteiro de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho — a que a historiografia tende a denominar de *conventinho* — e a torre ameada, marcam de forma invulgar o espaço. Ao que pudemos apurar, foi só em 1949 que a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) realizou um profundo levantamento fotográfico de Santa Maria de Cárquere com vista ao apuramento das suas necessidades. Este levantamento<sup>51</sup>, da autoria de Alberto da Silva Bessa, arquiteto-chefe da 2.ª Secção da DGEMN, mostra bem o relativo abandono em que se encontrava o conjunto edificado.

Aferidas as necessidades, foram realizadas diversas obras de beneficiação na década de 1950. Os trabalhos realizados visaram não só a conservação geral do existente edificado, como também procuraram acentuar a sua medievalidade, aqui marcada retoricamente através da reedificação da torre. A face voltada a sul, «fugindo da vertical e ameaçando ruína»<sup>52</sup>, foi primeiramente escorada, sendo depois totalmente reconstruída. A pequena galilé edificada no século XIX existiu até pelo menos

<sup>48</sup> BOTELHO, 2006.

<sup>49</sup> DGEMN, 1939b: 25.

<sup>50</sup> MACHADO, *coord. geral*, 2014: 1, 195-241.

<sup>51</sup> Cf. CARVALHO, 2001.

<sup>52</sup> PINTO, 1982: 327.



**Fig. 5**  
Aspetto geral da fachada principal da igreja e *conventinho* de Santa Maria de Cárquere segundo o arquiteto Alberto da Silva Bessa (1949)  
Fonte: PT DGPC/SIPA  
FOTO.0081235, Alberto da Silva Bessa, 17 junho 1949

1952. Cinco anos depois já tinha sido demolida assim como a parede que separava o cemitério do adro, mas permanecia o fundo caiado que, entretanto, foi removido, numa apologia do granito.

Mas foi na década seguinte que foram realizados trabalhos de beneficiação na chamada *casa do caseiro* (1962-1964) e que incluíram a demolição do passadiço que existia sobre o arco que liga esta casa ao *conventinho*, entretanto convertido em palheiro. Este corpo superior, transformado em *ruína*, permanece hoje ao modo de memória de um espaço edificado que se quis maior. De sublinhar, uma vez mais, a necessária readequação de usos por força dos episódios de 1834 e 1911 que ditaram o esvaziamento e a secularização dos espaços monásticos. Note-se que a planta publicada por Vergílio Correia em 1924<sup>53</sup> mostra o piso inferior do *conventinho* como se fosse um espaço unificado, enquanto hoje se encontra dividido em dois, acolhendo também o salão paroquial. Tal intervenção deve-se ao padre Abel de Sousa, cuja inauguração teve lugar anos antes, a 23 de maio de 1965<sup>54</sup>. Foi também nessa ocasião que o piso superior deste corpo foi convertido em salão de espetáculos, com o respetivo palco<sup>55</sup>.

<sup>53</sup> CORREIA, 1924: 57.

<sup>54</sup> PINTO, 1982: 329.

<sup>55</sup> CORREIA, 1924.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, os técnicos responsáveis sentem (e defendem apologeticamente) que a maior parte dos monumentos românicos necessitavam que às obras de mera conservação, executadas nas mais diferentes épocas sucedesse outra mais ampla, mais inteligente, mais nobre — «uma verdadeira obra de ressurreição»<sup>56</sup>. Deste modo, através de uma ação que se poderá designar de *desbarroquização*, foram muitos edifícios românicos reconstituídos dentro da sua linguagem primitiva, linguagem essa, que se queria, de preferência, medieval. A par disso convém sublinhar as consequências decorrentes dos acontecimentos de 1834 e de 1911 que ditaram uma necessária readequação de usos por força do esvaziamento e da secularização dos espaços monásticos, que se viram ora apropriados por particulares, ora nacionalizados ou, num cenário menos favorável, legados ao seu próprio abandono. De facto, esta realidade mostrou-se convidativa ao comprometimento das casas de habitar dos conjuntos monásticos aqui estudados, tanto mais que se tornou evidente uma vontade em acentuar, ao nível das intervenções realizadas, uma pretensa sobriedade da arquitetura românica das suas igrejas. É, pois, a partir das transformações realizadas nesta época de *restauração material* que advém o conhecimento daquilo que acreditamos ter sido, na generalidade, o românico português e que nos oferece uma unidade estilística entre edifícios que provavelmente nunca a tiveram.

## BIBLIOGRAFIA

- BOTELHO, Maria Leonor (2004). *A Casa do Cabido da Sé do Porto. O Século XX e uma nova leitura espacial*. «Museu». IV Série. 13, 225-246.
- BOTELHO, Maria Leonor (2006). *A Sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte.
- BOTELHO, Maria Leonor (2013). *A Historiografia da Arquitectura da Época Românica em Portugal (1870-2010)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia. (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).
- CARVALHO, Marisa Costa (2001). *Igreja Paroquial de Cárquere / Igreja de Santa Maria de Cárquere*. PT011813030001, 2001. [Consult. 30 set. 2011]. Disponível em <[http://www.monumentos.gov.pt/site/app\\_pagesuser/SIPA.aspx?id=3783](http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=3783)>.
- CORREIA, Vergílio (1924). *Monumentos e esculturas (Séculos III-XVI)*. 2.ª ed. Lisboa: Livraria Ferin.
- DGEMN: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1935). *Igreja de S. Martinho de Cedofeita*. «[Boletim da DGEMN]». Lisboa. 2 (dezembro) 11.
- DGEMN: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1939a). *Igreja de Paço de Sousa*. «[Boletim da DGEMN]». Lisboa. 17 (setembro) 18-27.
- DGEMN: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1939b). *Igreja de S. Salvador de Travanca*. «[Boletim da DGEMN]». Lisboa. 15 (março) 16-25.
- FRANÇA, José-Augusto (1966). *Raul Lino e a «Casa Portuguesa»*. In FRANÇA, José-Augusto. *A Arte em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Livraria Bertrand, vol. II, pp. 153-160.
- GRILLO, Maria Inácia Teles (1999). *Os Boletins da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1935-1990)*. Lisboa: DGEMN. Edição em CD-Rom.

<sup>56</sup> DGEMN, 1935: 11.

- IGREJA de Paço de Sousa. *As festas comemorativas da sua restauração*. In ABREU, Marques, dir. *Ilustração Moderna*. Porto: Edições Ilustradas Marques Abreu, 1929, vol. II (4.º ano, n.º 36), pp. 429-434.
- LUSO, José (1927). *Em de Paço de Sousa. Uma linda festa de Homenagem ao Arquitecto Baltazar de Castro*. In ABREU, Marques, dir. *Ilustração Moderna*. Porto: Edições Ilustradas Marques Abreu, vol. I (2.º ano, n.º 17), pp. 417-420.
- MACHADO, Rosário Correia, coord. geral (2008). *Românico do Vale do Sousa*. Lousada: Valsousa – Comunidade Urbana do Vale do Sousa.
- MACHADO, Rosário Correia, coord. geral (2014). *Rota do Românico*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e Território, vol. II (2 tomos).
- MEDINA, João [1995]. *Deus, Pátria e Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo*. In MEDINA, João, dir. *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Amadora: Ediclube, vol. XII, pp. 11-48.
- NETO, Maria João Baptista (1999). *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1999)*. In AA.VV. *Caminhos do Património*. Lisboa: DGEMN; Livros Horizonte, pp. 23-43.
- NETO, Maria João Baptista (2001). *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais*. Porto: FAUP Publicações.
- NO SALÃO SILVA PÔRTO, Marques Abreu, artista de nome, inaugurou, ante-ontem, a sua exposição de trabalhos fotográficos. «Jornal de Notícias» (27 mai. 1933).
- PINTO, Joaquim Caetano (1982). *Resende: monografia do seu concelho*. Braga: [edição de autor].
- PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública (1916). *Decreto n.º 2199*. «Diário do Governo I Série». 16 (1916-01-27).
- RODRIGUES, Jorge (1999). *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo*. In AA.VV. *Caminhos do Património*. Lisboa: DGEMN; Livros Horizonte, pp. 69-82.
- SALAZAR, Oliveira (1947). *Discursos e Notas Políticas*. Coimbra: Coimbra Editora. Vol. II: 1935-1937.
- SILVA, Henrique Gomes da (1935). *Monumentos Nacionais. Orientação técnica a seguir no seu restauro*. «[Boletim da DEGEMN]: A Igreja de Leça do Balio». Lisboa. 1 (setembro). Tese apresentada no I Congresso da União Nacional.
- TOMÉ, Miguel Jorge B. Ferreira (1998). *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FLUP. Dissertação de mestrado. Texto policopiado. 3 vols.
- TOMÉ, Miguel Jorge B. Ferreira (2002). *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP Publicações.